

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
-------------------------	-----------

Capítulo 1

TEORIA GERAL DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.....	23
---	-----------

1.1 A rigidez constitucional e a supremacia da Constituição como premissas do controle de constitucionalidade das leis.....	25
---	----

1.2 O princípio da presunção de constitucionalidade das leis e a negação da teoria das normas constitucionais inconstitucionais	39
---	----

1.3 A Interpretação Conforme a Constituição, o ativismo judicial e a tentativa de salvar um ato que a princípio seria declarado inconstitucional.....	52
---	----

1.4 A hierarquia normativa kelseniana e a distinção entre controle de constitucionalidade e controle de legalidade	60
--	----

Capítulo 2

ESPÉCIES NORMATIVAS, BLOCO DE CONSTITUCIONALIDADE E TIPOS DE INCONSTITUCIONALIDADE	73
---	-----------

2.1 As espécies normativas e o conceito de bloco de constitucionalidade	73
---	----

2.2 Tipos de inconstitucionalidade e o Estado de Coisas Inconstitucional	88
--	----

2.2.1 <i>Critério quanto ao objeto: inconstitucionalidade material e inconstitucionalidade formal.....</i>	<i>89</i>
--	-----------

2.2.2 <i>Critério quanto à conduta: inconstitucionalidade por ação (comissiva) e inconstitucionalidade por omissão (omissiva).....</i>	<i>101</i>
--	------------

2.2.3 <i>Critério quanto ao tempo: inconstitucionalidade originária e inconstitucionalidade superveniente</i>	<i>107</i>
---	------------

2.2.4 <i>Critério quanto à relação que mantém com a Constituição: inconstitucionalidade direta e inconstitucionalidade indireta (por derivação ou reflexa).....</i>	<i>109</i>
---	------------

2.2.5 <i>Inconstitucionalidade por arrastamento ou por atração (inconstitucionalidade por reverberação normativa)</i>	110
2.2.6 <i>Inconstitucionalidade progressiva</i>	116
2.2.7 <i>Inconstitucionalidade chapada</i>	124
2.2.8 <i>Inconstitucionalidade circunstancial</i>	127
2.2.9 <i>Declaração de inconstitucionalidade sem a pronúncia da nulidade</i>	130
2.2.10 <i>Estado de Coisas Inconstitucional</i>	135

Capítulo 3

MODALIDADES DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE 141

3.1 Controle preventivo de constitucionalidade	145
3.1.1 <i>Controle preventivo político de constitucionalidade</i>	148
3.1.2 <i>Controle preventivo judicial de constitucionalidade</i>	154
3.2 Controle repressivo de constitucionalidade	162
3.2.1 <i>Controle repressivo político de constitucionalidade</i>	163
3.2.2 <i>Controle Repressivo Judicial</i>	175
3.2.2.1 <i>A célebre decisão do Chief Justice Marshall e o paradigmático caso Marbury vs. Madison de 1803</i>	178
3.2.2.2 <i>O Controle Difuso e a influência do Judicial Review norte-americano</i>	184
3.2.2.3 <i>O Controle Abstrato e a influência do Sistema kelseniano-austríaco da Europa</i>	189
3.2.2.4 <i>A influência da Alemanha e da Itália (controle concentrado e incidental)</i>	195

Capítulo 4

CONTROLE DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE 201

4.1 Visão panorâmica do controle difuso de constitucionalidade	202
4.2 Legitimados para deflagrar o controle difuso de constitucionalidade	205

4.3 Inexistência de preclusão	211
4.4 A petição inicial, a contestação e a sentença no controle difuso de constitucionalidade	212
4.4.1 <i>A arguição de inconstitucionalidade como causa de pedir..</i>	214
4.4.2 <i>A decisão judicial no controle incidenter tantum: o afastamento da incidência da lei ou ato normativo considerado inconstitucional</i>	216
4.5 A Cláusula da Reserva de Plenário e a Cisão funcional de Competência	221
4.5.1 <i>Atuação dos órgãos fracionários (câmaras ou turmas dos tribunais).....</i>	223
4.5.2 <i>A Súmula Vinculante n.10 e a cisão funcional de competência</i>	227
4.5.3 <i>Decisões dos órgãos fracionários que não observam a cláusula de full bench (exceções à reserva de plenário)</i>	230
4.6 Efeitos da decisão final de mérito do STF no controle difuso (recurso extraordinário)	242
4.6.1 <i>Efeitos da decisão final de mérito do STF no controle difuso na visão clássica que não reconhece a mutação constitucional do art. 52, X (posição do STF até novembro de 2017)</i>	244
4.6.2 <i>Efeitos da decisão final de mérito do STF no controle difuso de acordo com tese da mutação constitucional do art. 52, X, da CRFB/88 (nova posição do Supremo Tribunal Federal)</i>	249
4.7 A mutação constitucional do artigo 52, inciso X, da Constituição e a teoria da transcendência dos motivos determinante	257
4.8 O controle de constitucionalidade em sede de ação civil pública	260

Capítulo 5

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE (ADI)

5.1 Bases teóricas do controle concentrado, principal e abstrato	263
--	-----

5.2 Características comuns das ações do controle concentrado de constitucionalidade (ADI, ADC, ADPF e ADO)	273
5.2.1 <i>Competência para o julgamento das ações do controle abstrato</i>	274
5.2.2 <i>Legitimidade ativa para acionar o controle concentrado</i>	276
5.2.3 <i>Capacidade postulatória dos legitimados ativos do controle abstrato</i>	289
5.2.4 <i>A figura do amicus curiae em sede abstrata</i>	291
5.2.5 <i>A decisão final de mérito do STF em sede de ADI, ADC e ADPF</i>	300
5.2.6 <i>A modulação temporal dos efeitos ex-tunc em sede abstrata</i>	307
5.3 Conceito e características da ação direta de inconstitucionalidade genérica (ADI).....	315
5.4 Processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade ..	321
5.5 O papel do Advogado-Geral da União (AGU) e do Procurador-Geral da República (PGR) em sede de ADI.....	328
5.6 Objeto da Ação Direta de Inconstitucionalidade	332
5.6.1 <i>Direito constitucional originário</i>	334
5.6.2 <i>Direito pré-constitucional</i>	339
5.6.3 <i>Direito municipal e direito distrital editado na competência municipal</i>	340
5.6.4 <i>Direito de efeitos concretos</i>	342
5.6.5 <i>Direito de eficácia exaurida (direito revogado)</i>	344
5.6.6 <i>Direito sumular (súmulas de jurisprudência e súmulas vinculantes)</i>	346
5.6.7 <i>Consultas ao TSE</i>	347
5.6.8 <i>Leis e Atos normativos sujeitos à ação direta de inconstitucionalidade</i>	348

Capítulo 6

AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE (ADC) 351

- 6.1 Legitimação e competência para o julgamento da ADC 354
- 6.2 A figura jurídica do amicus curiae em sede de ADC 357
- 6.3 O papel do Advogado-Geral da União (AGU) e do Procurador-Geral da República (PGR) em sede de ADC..... 359
- 6.4 Objeto da Ação Declaratória de Constitucionalidade..... 363
- 6.5 A Relevante Controvérsia Judicial 368
- 6.6 A natureza dúplice da ADI e da ADC e Medida Liminar 372
- 6.7 A eficácia erga omnes (contra todos) e os efeitos vinculantes em sede de ADC..... 375
- 6.8 O efeito vinculante e as situações individuais pretéritas 378
- 6.9 A modulação dos efeitos em sede de ADC 381

Capítulo 7

ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL (ADPF)..... 385

- 7.1 Conceito de Preceito Fundamental 387
- 7.2 Espécies ou modalidades de ADPF 389
- 7.3 O princípio da subsidiariedade em sede de ADPF 393
- 7.4 Legitimados em sede de ADPF 400
- 7.5 Requisitos da ADPF 402
- 7.6 Medida Liminar e amicus curiae na ADPF 403
- 7.7 Decisão e efeitos em sede de ADPF 405
 - 7.7.1 *Eficácia erga omnes e Efeito Vinculante*..... 410
 - 7.7.2 *Modulação Temporal dos Efeitos da Decisão*..... 413
 - 7.7.3 *Declaração de Inconstitucionalidade. Extensão da Declaração de Nulidade*..... 415
- 7.8 Viabilidade de homologação de acordo em sede de ADPF (ADPF 165)..... 419

Capítulo 8

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO (ADO)

.....	423
8.1 Legitimação e competência para o julgamento da ADO	425
8.2 A figura jurídica do amicus curiae em sede de ADO	432
8.3 Procedimento da ADO e o papel do Advogado-Geral da União (AGU) e do Procurador-Geral da República (PGR).....	433
8.4 Objeto da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão....	437
8.5 Efeitos da decisão final do STF em sede de ADO.....	444
8.6 A Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão e o Mandado de Injunção em perspectiva comparada.....	452
8.6.1 <i>Neoconstitucionalismo, ativismo judicial e judicialização da política</i>	454
8.6.2 <i>Comparação entre os efeitos da ADO e do MI</i>	461

Capítulo 9

A AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE INTERVENTIVA (ADINT)..... 471

9.1 Competência para o julgamento da ação direta de inconstitucionalidade interventiva	476
9.2 Legitimação em sede de ação direta de inconstitucionalidade interventiva	478
9.3 Objeto da ação direta de inconstitucionalidade interventiva	480
9.4 O procedimento da ação direta de inconstitucionalidade interventiva	487
9.5 Medida liminar em sede de representação interventiva.....	489
9.6 Efeitos da decisão final do STF em sede de ADINT	491

Capítulo 10

A REPRESENTAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE (RI) E O CONTROLE ABSTRATO NOS ESTADOS-MEMBROS 495

10.1 Conceito de representação de inconstitucionalidade (RI).....	496
---	-----

10.2 Competência para o julgamento da representação de inconstitucionalidade.....	498
10.3 Legitimação em sede de representação de inconstitucionalidade.....	500
10.4 Objeto da representação de inconstitucionalidade.....	501
10.5 O papel do Procurador-Geral do Estado e do Procurador-Geral de Justiça em sede de representação de inconstitucionalidade.....	504
10.6 Cabimento de Recurso Extraordinário em sede de RI.....	504
10.7 Pendência de ADI correlata: simultaneous processus	506
10.8 Decisão final de mérito em sede de representação de inconstitucionalidade.....	508

Capítulo 11

CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE 511

11.1 Elementos teóricos do controle de convencionalidade.....	511
11.2 Direitos fundamentais e Direitos Humanos. Distinção.....	520
11.3 Tratados Internacionais e Direitos Fundamentais.....	523
11.4 Controle da Convencionalidade.....	529
11.5 Controle da Convencionalidade pela Corte Interamericana de Direitos Humanos.....	533
11.6 Parâmetro do controle de Convencionalidade pela Corte Interamericana de Direitos Humanos e efeitos das decisões judiciais.....	538

Capítulo 12

O CONTROLE DE METACONSTITUCIONALIDADE E O ESTADO UNIVERSAL DE DIREITO 543

12.1 Controle de Constitucionalidade em perspectiva comparada	544
12.1.1 <i>Suprema Corte dos Estados Unidos da América do Norte (EUA)</i>	545
12.1.2 <i>Tribunal Constitucional Austríaco</i>	552
12.1.3 <i>Conselho Constitucional Francês</i>	557

<i>12.1.4 Tribunal Constitucional Federal Alemão</i>	563
<i>12.1.5 Tribunal Constitucional Português</i>	572
<i>12.1.6 Tribunal Constitucional da Espanha</i>	578
<i>12.1.7 Tribunal Constitucional da Colômbia</i>	581
<i>12.1.8 Tribunal Constitucional do Chile</i>	583
<i>12.1.9 O Controle de Constitucionalidade nas Constituições brasileiras</i>	586
<i>12.1.9.1 A Constituição de 1824</i>	586
<i>12.1.9.2 A Constituição de 1891</i>	587
<i>12.1.9.3 A Constituição de 1934</i>	588
<i>12.1.9.4 A Constituição de 1937</i>	591
<i>12.1.9.5 A Constituição de 1946</i>	592
<i>12.1.9.6 A Constituição de 1967/1969</i>	593
<i>12.1.9.7 A Constituição de 1988</i>	594
12.2 Bases teóricas do controle de metaconstitucionalidade	595
12.3 A ordem metaconstitucional dos direitos humanos	607
REFERÊNCIAS	619
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	625